

MOVIMENTOS SOCIAIS

Pescadores são encontrados mortos no RJ

Dois pescadores que estavam desaparecidos desde sexta-feira, 22/6, foram encontrados mortos entre domingo e segunda-feira, 24 e 25/6, na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Almir Nogueira do Amorim, de 45 anos, e João Luiz Telles Penetra, de 40, atuavam na Associação Homens do Mar (Ahomar), que defende a pesca artesanal e luta desde 2007 contra empreendimentos da Petrobrás na Baía.

O corpo de Amorim foi encontrado domingo (17/6, amarrado ao barco naufragado, perto da praia de Mauá, em Magé (Baixada Fluminense). Já o corpo de Penetra foi localizado na segunda boiando próximo à Ilha de Paquetá. Nos dois casos, pernas e mãos estavam amarradas.

Com mais estas duas mortes, o número de pescadores mortos de modo semelhante sobe para

quatro desde 2009, data da criação da Ahomar. "Se trata de assassinação. O Almir, fundador da associação e primo da minha esposa, foi achado amarrado com as mãos para trás e com marcas de execução", escreveu o presidente da associação, Alexandre Anderson, em comunicado enviado à imprensa.

Alexandre vive há três anos com vigília do Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Ele esteve no TUCA, no dia 8/8 do ano passado, para denunciar a situação que vivem os pescadores da Baía de Guanabara, quando a APROPUC e demais movimentos sociais organizaram o ato "Erguemos barricadas, nenhum militante a menos", que denunciou casos de ameaça a militantes sociais por todo país e deu origem à Rede de Defesa de Militantes Ameaçados de Morte.

ASSASSINATOS EM SÃO PAULO

Na noite de sexta-feira, 22/6, três jovens foram assassinados na região de Pirituba, em São Paulo, e testemunhas afirmaram ser carros da Polícia Militar e da Rota. As possíveis ameaças do PCC (Primeiro Comando da Capital) que policiais afirmam receber há cerca de um mês, causaram reações violentas da Polícia Militar contra civis, que estão sendo mortos na periferia da cidade.

PARÁ

O MST está acampado desde o dia 21/6 em frente à sede da fazenda Cedro, em Marabá (PA), que faz parte da Agropecuária Santa Bárbara, pertencente ao banqueiro Daniel Dantas. APROPUC manifesta seu apoio à causa do MST/Pará.

Militante estudantil é julgado no Chile

No dia 28 de junho, quinta-feira, na cidade chilena de Valparaíso, aconteceu nova audiência do processo criminal contra Pedro Quezada. O estudante chileno, preso em 28/3 desse ano, está sendo acusado de ter lançado uma bomba "coquetel molotov" em direção aos carabineros, grupo das forças policiais chilenas.

Mesmo depois que a perícia técnica demonstrou que ele não havia manipulado nenhum artefato incendiário no dia de sua detenção, as autoridades não permitiram que o estudante pudesse se defender em liberdade durante a investigação alegando que ele seria um perigo para sociedade.

Pedro Quezada foi preso, junto com mais 67 colegas, após um ato dos estudantes da Universidade de "Playa Ancha", quando os carabineros invadiram o campus para reprimir a manifestação. De acordo com o manifesto publicado em defesa de Quezada, a ação é parte da política do governo de Sebastián Piñera de criminalização dos movimentos sociais e, principalmente, do movimento estudantil chileno.

A APROPUC hipotecou apoio ao militante ameaçado

Manifesto em apoio à Causa Indígena

Foi lançado um manifesto em apoio à causa indígena, feito pela Associação Juízes para a Democracia, o Conselho Indigenista Missionário e diversas entidades indígenas e personalidades como Eduardo Galeano e Frei Betto. A APROPUC também assinou a carta, que é aberta para adesão pública e está em vários idiomas. O documento será enviado à presidente da República Dilma Rousseff, presidentes do Supremo Tribunal Federal, Senado e Câmara Federal. Para assinar, acesse o site www.causaindigena.org.

ROLA NA RAMPA

Rede de Proteção promove jantar

Na noite de sexta-feira, 22/6, aconteceu mais um jantar promovido pela Rede de Proteção aos Militantes Ameaçados de Morte. Na ocasião foi servida uma paella aos convidados, que também puderam apreciar a apresentação musical de uma dupla Mapuche, indígenas do Chile, e se entreter com um bingo que sorteou prendas e contribuiu com a campanha de arrecadação de fundos da Rede de Proteção. Na terça-feira, 26/6, a Rede voltou a se reunir para debater sua atuação e a situação dos militantes que estão recebendo proteção em todo o país.



FOTOS MARINA D'AGUINO



Acima, os presentes durante o jantar. Abaixo, à esquerda, representantes Mapuche apresentam um número musical. Ao lado, Lucia Skromov prepara a deliciosa paella.

Educação em Engenharia é tema de debate na PUC-SP

O Simpósio Internacional sobre abordagens de projetos na Educação em Engenharia (Symposium Ibero-american on Project Approaches in Engineering Education - PAEE) terá sua quarta edição nos dias 26 e 27/7, na Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia (FCET), no campus Marquês de Paranaguá da PUC-SP e terá como objetivo o compartilhamento de conhecimentos e experiências sobre uma ampla gama de métodos de aprendizagem ativa, com um forte foco na Aprendizagem Baseada em Projetos (Project Based Learning - PBL). A organização e a gestão de projetos que proporcionam experiências de aprendizagem interdisciplinar é o tema desta edição do

PAEE. O evento, promovido em parceria com a Universidade Presbiteriana Mackenzie, terá a presença da Profa. Dra. Lueny Morell, engenheira química e gerente do Programa de Inovação Estratégica e Pesquisa dos Laboratórios da Hewlett Packard (HPL) em Palo Alto, na Califórnia, e do Prof. Dr. Erik de Graaff, graduado em psicologia e professor convidado da Universidade de Aalborg, na Dinamarca. Maiores informações podem ser encontradas no site do evento <http://paeedps.uminho.pt>. A Comissão Organizadora do evento no Brasil é composta por Luiz Carlos de Campos, diretor da FCET, Ely Antonio Tadeu Dirani e Ana Lúcia Manrique, docentes da FCET.

Câmara aprova 10% do PIB para a educação

A comissão especial do Plano Nacional de Educação (PNE - PL8035/10) aprovou a aplicação de 10% do Produto Interno Bruto (PIB) do país em políticas educacionais em até 10 anos. O índice vinha sendo reivindicado por deputados da oposição e parte da base aliada do governo, além de representantes de entidades da sociedade civil. Hoje o índice aplicado na educação é de menos de 5%. Na proposta original do Executivo, a previsão era de investimento de 7% do PIB

Estudantes de Comunicação realizam encontro em Brasília

Os estudantes de Jornalismo e Múltiplos da PUC-SP estão se mobilizando para ir ao 33º Encontro Nacional dos Estudantes de Comunicação

Recesso acadêmico em julho

Neste ano o recesso acadêmico começa no dia 13/7 e vai até o dia 30/7, data marcada para o início das aulas. A data final para a entrega das notas dos alunos é 2/7. Os professores recebem no final de junho o valor de 1/3 do seu salário referente ao 1/3 de férias e deverão ter, no mês de agosto com pagamento em setembro, o acréscimo de 1,6% em seus salários atuais como parte do acordo salarial de 2010, firmado entre o Sinpro-SP e as mantenedoras. Durante o mês de julho a secretaria da APROPUC funcionará normalmente (das 9 às 21h.) até o dia 6/7 (sexta-feira). Entre os dias 10 e 20/7 o expediente terá início às 9h encerrando-se às 18h. A partir de 23/7 o expediente voltará ao normal.

A APROPUC não aceitou a nova proposta formulada pela Fundação São Paulo para quitar o débito trabalhista contraído pela mantenedora com os docentes em 2005. O professor Nicolás Nuñez, em reunião com a diretoria da APROPUC, propôs o pagamento de 60% da dívida existente desde 2005, reajuste de 1,5% nos salários docentes, a título de vantagem pessoal e não incorporado à base salarial, ao invés dos 7,66% de 2005 e mais o pagamento de um salário atual, dividido em um número de parcelas variável entre 36 e 48 meses (corrigidos pelo IGV-Deiese).

Em 2010, a Fundasp propôs aos professores 1% de incorporação salarial, mais o pagamento de 60% da dívida contraída ao longo do período. Os professores julgaram esta proposta irrisória e a Fundasp, desrespeitando a legislação trabalhista, ofereceu estes valores individualmente a cada docente, sendo que 1% também como vantagem pessoal. Uma parte aceitou o pagamento e outra seguiu com a ação na Justiça.

Na sexta-feira, 15/6, o Tribunal Regional do Trabalho conversou com as duas partes e formulou a proposta de pagamento de 60% da dívida mais incorporação de 4,5% aos salários docentes. A diretoria do Sinpro-SP, que move a ação conjuntamente com a APROPUC, sugeriu a incorporação de 1,5% aos salários docentes mais o pagamento de 20 salários atuais para cada docente que não aceitou em 2010 a proposta da Fundação.

Jornal semanal da APROPUC e da AFAPUC

DÍVIDA DE 2005

SEM ACORDO

Nova proposta da Fundasp avança pouco em relação às anteriores

Na semana passada os representantes da Fundasp disseram que ambas as propostas são inviáveis para a Fundação, que poderia pagar somente o reajuste de 1,5%, como vantagem pessoal, mais 60% da dívida e um salário adicional para cada proponente. A diretoria da APROPUC, seguindo a decisão de assembleia anterior dos professores, entendeu que a repositição dos 7,66% nos salá-

rios docentes é hoje uma questão fundamental para devolver o poder aquisitivo dos salários docentes.

Diante da situação, a desembargadora que cuidava do caso deverá colocar a questão em pauta para julgamento nos próximos dias. O *PUCViva* cobrirá os desdobramentos e informará a data do novo julgamento pelo site www.apropucsp.org.br.

O QUE REPRESENTAM os 7,66%

Em 2005 a PUC-SP deixou de incorporar aos salários docentes o reajuste acordado entre o Sinpro-SP e as mantenedoras (dentre elas a própria Fundasp). Ao longo destes anos a APROPUC vem tentando negociar os valores com a PUC-SP, porém as propostas feitas até hoje ficaram muito aquém da dívida contraída. A APROPUC atualizou os valores devidos e constatou que, se a universidade tivesse pago desde 2005 os salários reajustados em 7,66%, hoje os professores teriam ganho nesses 7 anos uma quantia igual a 868,33% sobre o salário recebido em 2005. Calculando-se estes valores sobre o salário de um assistente-mestre, sem nenhum acréscimo de quinquênio, isto significa cerca de R\$ 33.875, sem contar que o seu salário estaria hoje acrescido dos 7,66% mensais. Na página 3 divulgamos a carta da APROPUC ao Sinpro-SP comunicando sua decisão

MP reduz 90% da dívida fiscal das filantrópicas

Em meio à sua eterna crise a PUC-SP teve uma boa notícia neste mês. Através da Medida Provisória 559/12, o governo federal determinou que 90% da dívida fiscal das universidades filantrópicas será transformada em bolsa de estudos.

A MP 559/12 não trata especificamente das dívidas das filantrópicas, mas em seu interior foi incluída a proposta do deputado federal Gerônimo Goergen (PP-RS), que prevê a quitação de 90% das dívidas tributárias e previdenciárias das universidades filantrópicas ou

confessionais com o governo, em troca da concessão de 300 mil bolsas de estudo durante os próximos 15 anos. Os débitos tributários e previdenciários das 500 universidades públicas, privadas, comunitárias, confessionais e filantrópicas do país, beneficiadas pela medida, totalizam mais de R\$ 15 bilhões. Só a dívida da Universidade Luterana do Brasil (Ulbra), do Rio Grande do Sul, estado de origem do autor da proposta, soma hoje cerca de 2,5 bilhões para o fisco.

A medida chega em um momento decisivo para estas uni-

versidades que, não tendo o certificado de quitação da dívida, poderiam ficar fora do ProUni, o que seria catastrófico para elas. Segundo informou o jornal *O Estado de S.Paulo*, o ProUni tem sido decisivo na manutenção da maioria destas 500 instituições que hoje têm dívidas superiores ao seu patrimônio.

A Fundação São Paulo informou ao *PUCViva* que só poderá fazer uma análise completa da questão quando, nos próximos dias for divulgada a instrução normativa que explicitará a aplicabilidade da MP.

EDITORIAL

Poder latifundiário massacra camponeses e destitui o Presidente da República do Paraguai

O impeachment do presidente Fernando Lugo pelo Congresso Nacional ganhou projeção política, enquanto que se amenizou o assassinato de 11 sem-terra no Departamento Canindeyú. No entanto, na base do processo legislativo, que concluiu com o impeachment, está o choque entre o movimento camponês, os latifundiários e a agroindústria.

Lugo chegou ao poder derrotando nas eleições de abril de 2008 o velho partido Colorado, representante da oligarquia agrária. A bandeira de reforma agrária empolgou os pobres do campo, que confiaram na possibilidade de acesso à terra por meio de um governo reformista saído das urnas. Tratava-se de realizar uma das principais tarefas democráticas do País capitalista de economia atrasada e semicolonial, cuja estrutura econômica está determinada pela alta concentração da propriedade fundiária (1% dos proprietários concentra mais 80% das terras). Está aí a fonte de miserabilidade da maioria oprimida paraguaia.

Assinalamos a importância de grupos econômicos brasileiros que controlam vastas áreas nesse país vizinho, denominados de brasiguaios. Não por acaso, quase houve um confronto do movimento camponês contra os plantadores de soja brasileiros. Graças à política de submissão de Lugo aos ditames do governo brasileiro, os sem-terra retrocederam sem nenhuma conquista.

Muitas reintegrações de terras foram realizadas à base da ação policial. Mas, no dia 15 de junho, uma força de cerca de 300 homens se lançou contra os ocupantes de uma fazenda pertencente ao ex-senador e latifundiário Blas Riquelme. Houve resistência armada, 11 camponeses tombaram e dezenas ficaram feridos. Do lado da polícia, 6 foram mortos. O acontecimento sangrento mostrou a sarna da oligarquia fundiária e a incapacidade do governo Lugo de atender as reivindicações dos trabalhadores agrários.

A imediata reação dos deputados e senadores em se livrar do débil Presidente, armando sua destituição em 36 horas,

evidenciou que já havia nos porões do Estado a articulação de um golpe. Nem mesmo os partidários de Lugo o defenderam, passando rapidamente para o campo golpista. A Corte Suprema considerou o golpe como constitucional. E a Igreja abençoou Federico Franco, vice de Lugo, que se aproveitou da crise para se tornar Presidente da República. O argumento principal para que não lhe fosse dado o direito de defesa contra o impeachment é o de que se tratava de remover um incompetente e evitar confrontos entre a população.

Lugo, de fato, não colocava nenhum risco aos interesses dos grandes proprietários. Inclusive, abriu as portas para que os Estados Unidos introduzissem uma força militar no País. O massacre dos camponeses mostrou que o presidente não controlava o aparato repressivo, podendo seu ministro do Interior, Carlos Filizzola, autorizar a ação armada da Polícia Nacional.

A contestação dos governos latino-americanos (UNASUL e Mercosul) de que se fraturou a ordem democrática não servirá à população oprimida do Paraguai, uma vez que a democracia que defendem é também a dos latifundiários, dos agroindustriais e das multinacionais. O governo Dilma é o menos autoritário, já que o Brasil explora as fragilidades econômicas do Paraguai e sustenta os interesses dos brasiguaios.

Há que rechaçar a hipocrisia democrática e o intervencionismo externo. Somente os trabalhadores paraguaios podem decidir sobre o destino político de seu País. Se agora estão golpeados pelas ilusões que depositaram no reformismo, logo mais a trágica experiência lhes servirá para constituir suas organizações próprias e lutar por um governo, que liberte o País da burguesia oligárquica e antinacional.

Diante do assassinato dos camponeses, é preciso defender a constituição de um Tribunal Popular, que vincule a punição aos massacradores à luta pela expropriação dos latifúndios.

Diretoria da APROPUC

No Consun, pós-graduandos anunciam a criação de nova entidade

O último Conselho Universitário (Consun) do semestre foi calmo, sem discussões polêmicas, mas, em sua abertura, os pós-graduandos expuseram sua situação política que mudou radicalmente a partir da fundação da nova Associação de Pós-Graduandos em Direito da PUC-SP.

A entidade englobará os alunos da pós lato e stricto sensu em Direito que representam uma grande fatia dos alunos de pós da PUC-SP. A representação discente no Consun renunciou ao cargo e indicará uma nova composição para o Conselho.

Alguns conselheiros lembraram que a representação discente, como a dos funcionários, não está associada às entidades, mas sim ao curso que o

aluno pertença.

Entre outros assuntos do Consun, foi analisada a situação do aluno de Sorocaba, Lucas Geraldo dos Santos, que reclamava de reprovações dadas pelos docentes da faculdade de Ciências Médicas e da Saúde. Após três sessões de discussões, pedidos de vistas e vários relatórios, o diretor da Faculdade de Direito, professor Marcelo Figueiredo, concluiu em seu parecer que isto não caberia ao Consun decidir sobre a matéria e que deveria ser de alçada exclusiva dos professores de Sorocaba.

Os conselheiros votaram de forma quase unânime no relatório do professor, menos a representante discente da Faculdade de Ciências Médicas que se absteve.

Consad finaliza atividades do semestre

A reunião do Conselho de Administração que ocorreu na quinta-feira, 28/6, discutiu as questões mais urgentes para o final do semestre, por ser a última reunião antes do recesso. Com a ausência do reitor Dirceu de Mello, o vice-reitor Vico Mañas as-

sumiu a presidência do conselho, que aprovou pedidos de verba feitos por professores e alunos, assim como necessidades que o departamento de Recursos Humanos também levou ao conselho, como substituição e transferência de funcionários.

PUCViva Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP.

Apropuc: Rua Bartira 407 – CEP: 05009-000 – Fone: 3872-2685.

Afapuc: Rua João Ramalho 182, 7º andar – Fone: 3670-3391.

PUCViva: 3670-3391 – **Correio Eletrônico:** pucviva.jornal@uol.com.br – **PUCViva na Internet:** www.apropucsp.org.br

As matérias assinadas não expressam necessariamente as posições das entidades e da redação.

Editor: Valdir Mengardo
Reportagem: Roberto de Oliveira, Marina D'Aquino e Anna Gabriela Coelho
Fotografia: Marina D'Aquino
Projeto Gráfico, Edição de Arte e Editoração: Valdir Mengardo e Ana Lúcia Guimarães
Conselho Editorial: Maria Beatriz Abramides, João B. Teixeira, Priscilla Cornalbas e Victoria C. Weischtordt

Carta da APROPUC ao Sindicato dos Professores de São Paulo

Vimos por intermédio desta comunicar que a Fundação São Paulo, por seus representantes, Ângela Renana e Prof. Nicolas Alvarez Nunez, solicitaram reunião no dia 26/6 para apresentar, verbalmente, nova proposta de acordo para a composição no processo judicial que reivindicamos o percentual de 7,66% referente ao dissídio coletivo de 2005.

A atual proposta, infelizmente, pouco alterou a anteriormente apresentada pela Fundação São Paulo, pois mantiveram o pagamento de 1,5% para todos os professores (sendo que para os professores que assinaram acordo individual seria feita a compensação de 0,5%), acrescidos do pagamento de 60% da dívida atualizada com pagamento à vista (para os professores que não assinaram o acordo individual, pois o restante dos professores já receberam esse valor), acrescidos ainda do pagamento de 01 salário atual para todos os professores, valor que seria parcelado em 36 vezes mensais, corrigido pelo IGV-Dieese.

Observamos que essa proposta não contempla os parâmetros decididos em Assembleia dos Professores, assim como não avança substancialmente na negociação, nem tampouco contempla as outras propostas apresentadas, inclusive aquelas formuladas em reunião realizada no último dia 6/6/2012 no gabinete da Desembargadora Relatora do processo judicial, a saber:

a) Proposta da Desembargadora Relatora: o percentual aplicado referente ao dissídio coletivo seria de 4,5% para todos os professores (compensando o valor dos professores que assinaram o acordo individual), acrescidos do pagamento de 60% da dívida para os professores que não assinaram o acordo individual com a Fundação São Paulo, pois os professores que assinaram o acordo individual já receberam esse valor;

b) Proposta do Sinpro-SP: a incorporação do percentual de 1,5% para todos os professores (compensando o valor dos professores que assinaram o acordo individual) acrescido de 20 salários atuais para os professores que não assinaram o acordo individual.

Assim sendo, entendemos que a posição da Fundação São Paulo/PUC-SP, embora aparentemente altere a proposta anterior, na realidade mostra a inflexibilidade da mesma em se aproximar minimamente de quaisquer propostas anteriores feitas ao longo dos últimos anos, inclusive as que foram feitas no último dia 6/6.

Profa. Victoria Claire Weischtordt
Presidente

O que esperar para o início do segundo semestre letivo?

Os últimos inícios de semestre têm-se caracterizado por confusões envolvendo distribuição de horas contratuais e turmas docentes. O **PUCViva** procurou saber qual a perspectiva para o início do segundo semestre letivo de 2012 e conversou com algumas chefias administrativas.

Para Magna Brandt, coordenadora da Secretaria de Administração Escolar (SAE), o próximo semestre tem tudo para iniciar-se normalmente,

uma vez que com a mudança da matrícula dos alunos cerca de 94% dos alunos já foram alocados em suas turmas e a nova configuração do servidor colaborou para que o trabalho desta vez fosse mais eficiente.

Agora resta a certificação destas turmas que será feita pelas coordenações juntamente com a Pró Reitoria de Graduação Marina Feldmann

O assessor da Fundação São Paulo, Nicolás Nuñez, concordou com

este quadro, mas ressaltou a sua preocupação quanto ao número de alunos inscritos na universidade até agora para o segundo semestre.

Segundo Nicolás Nuñez, os alunos matriculados constituem-se no menor contingente que iniciou um segundo semestre na PUC-SP nos últimos anos.

Mesmo contando-se com a inscrição de alunos que deixaram de fazer a matrícula regularmente e com aqueles que ingressa-

rão no Vestibular de Inverno, este número deverá ficar aquém das expectativas dos gestores, o que não descarta um fechamento de turmas.

Outra expectativa era a realização do chamado Vestibular Social, já no mês de junho, com preços inferiores para cursos com procura reduzida. Porém os estudos para a viabilização do projeto não foram concluídos a tempo de sua implementação no Vestibular de Inverno.

GAUCHE NA VIDA

"Viramos robôs de fazer dinheiro", critica Nobel da Paz na Rio+20

Para o ganhador do prêmio Nobel da Paz de 2006, Mohammad Yunus, o ser humano se tornou um "robô de fazer dinheiro" - e essa obsessão o está impedindo de enfrentar de forma adequada desafios como a erradicação da pobreza.

Fundador do Grameen Bank, que contribuiu para a inclusão social de moradores de comunidades carentes de Bangladesh ao conceder a eles acesso ao microcrédito, o "banqueiro dos pobres" falou rapidamente com a Folha de S.Paulo no fim da tarde do dia 18/6, após participar de uma sessão dos Diálogos para o Desenvolvimento Sustentável, evento que integra a programação da Rio+20.

Yunus se mostrou cético em relação aos resultados da cúpula de chefes de Estado na conferência, mas disse que ela é importante para promover a troca de ideias entre a sociedade civil. "São os indivíduos, especialmente os jovens, que podem levantar as questões que não aparecem nos textos [das negociações]", diz.

Confira a entrevista:

Folha - O tema da erradicação da pobreza é um dos principais em discussão na Rio+20. O senhor acha que a questão está sendo tratada de maneira adequada nas negociações?

Mohammad Yunus - A estrutura econômica básica que temos hoje não contribui para acabar com a pobreza. Foi essa estrutura que criou a pobreza, e ela não pode solucioná-

la. Eu sempre enfatizo que a pobreza não é criada pelo pobre; ela não é culpa da pessoa. Ela é culpa do sistema. Por isso precisamos de um sistema alternativo.

O sistema atual é fortemente baseado no dinheiro, tudo gira em torno de fazer dinheiro. A gente se tornou uma espécie de robôs de fazer dinheiro. Esquecemos que somos seres humanos. Então precisamos redescobrir a nós mesmos, lembrar que somos seres humanos. O dinheiro é parte de nossas vidas, não é nossa vida. Quando percebermos isso vamos ser capazes de resolver as coisas.

Mas o dinheiro é justamente o tema central das discussões atuais na Rio+20...

Exatamente, e esse é o problema. Porque eles não conseguem pensar fora dessa estrutura. Alguém aqui citou a mão invisível que resolve todas as coisas. Eu digo que essa mão não é só invisível, ela não existe. É um mito que não resolve os problemas, mas a gente continua dizendo que vai resolver. Isso nos dá esperança, mas continua criando problemas.

O senhor acha então que conferências como a Rio+20 são perda de tempo?

Elas são muito importantes, porque são uma chance de as pessoas se encontrarem e pensarem sobre o mundo que elas querem para si mesmas. Porque os governos vêm com seus textos já preparados e ficam tentando empurrar esses textos uns para os

outros. Eles ficam presos a suas posições. São os indivíduos, especialmente os jovens, que podem levantar as questões que não estão incluídas nesses textos. É aí que as coisas começam a acontecer.

O Grameen Bank é o primeiro banco do mundo especializado em microcrédito e foi concebido pelo professor bengalês Muhammad Yunus em 1976, visando erradicar a pobreza no mundo. Operar como uma empresa privada auto-sustentável e gerou lucros em quase todas as anos de sua operação, exceto no ano de sua fundação e em 1991 e 1992.

Adquiriu formalmente o status de Banco em 1983, através de uma lei especial promulgada para sua criação.

O Grameen Bank ganhou o Nobel da Paz do ano de 2006 juntamente com seu fundador. Localizado em Bangladesh, já conta com 2185 agências e, desde sua fundação, emprestou o equivalente a 5,72 bilhões de dólares para 6,61 milhões de mutuários, 97% dos quais são mulheres. Atende a 71.371 vilarejos e possui um quadro de 18.795 funcionários remunerados. Sua taxa de inadimplência é baixíssima, de fazer inveja aos mais bem administrados bancos comerciais do mundo: apenas 1,15%, o que significa que o Grameen Bank recebe de volta 98,85% dos empréstimos que concede.

Atualmente existem mais de duas dúzias de entidades que trabalham juntamente com o banco, dentre as quais se destaca a Grameen Foundation, com sede em Washington. O Grameen Bank tem como seus objetivos principais:

- Prover serviços bancários aos pobres, homens e mulheres;
- Eliminar a exploração dos pobres, tradicionalmente feita pelos agiotas;
- Criar novas oportunidades de auto-emprego para a vasta população desempregada na Bangladesh rural;
- Trazer a população carente, especialmente as mulheres mais pobres, para o seio de um sistema orgânico para que elas possam compreender e administrar sozinhas;
- Reverter o antigo círculo vicioso de "baixa renda, baixa poupança e baixo investimento" injetando crédito para torná-lo um círculo virtuoso de "investimento, maior renda, maior poupança".

O texto acima é uma entrevista concedida a Denise Menchen e pode ser encontrado em <http://www1.folha.uol.com.br> e <http://www.grameen-info.org>

Nesta sessão, apresentamos pequenos textos críticos acerca das várias dimensões da vida humana. Se você tiver contribuições (no máximo 5.000 caracteres com espaços), mande ver.